

Temperança e resiliência



» JOSÉ SARNEY
*Ex-presidente da República,
escritor e imortal da
Academia Brasileira
de Letras*

As palavras também sofrem os efeitos da moda. Entram e saem conforme os tempos, costumes e jeitos de se apresentarem. Há séculos a temperança ganhou um privilégio muito grande, desde que foi considerada por Aristóteles como uma virtude cardeal, ligada ao comportamento teológico, sinônimo de equilíbrio, moderação e sempre presente na maneira de viver.

Também Jesus Cristo usou a palavra intemperança, quando quis expressar a ausência de temperança, como relata o *Evangelho de São Mateus*, ao condenar “os escribas e fariseus” que estavam “cheios de roubo e de intemperança. Fariseu cego! Limpa primeiro o interior do copo e do prato, para que também o que está por fora fique limpo”.

Ele, portanto, considerava a temperança, como Aristóteles, uma virtude ligada à limpeza de alma e de corpo, considerando os fariseus hipócritas “porque oravam de pé nas sinagogas para que fossem vistos”.

E hoje a temperança está entre as virtudes do equilíbrio, do entendimento, de uma conduta sem violência e na busca de um temperamento tranquilo, para se encontrar sempre uma convivência sadia e humana. Infelizmente, não é ela que está presente nos homens públicos do nosso país. O que vemos é um desencadeamento do ódio, da intolerância a presidir as relações humanas sem limites, o menor que seja, para o desencadeamento da irritação e da intolerância.

Tudo isso o contrário da temperança.

Uma vez, no Palácio do Planalto, conversando com a presidente Dilma, nas longas divagações que ao largo das audiências mantínhamos, falei da ausência da tolerância no trato da política. Naquele tempo ainda não tínhamos alcançado o nível de radicalização que temos hoje. A presidente concordou comigo e aceitou a nossa análise, mas acrescentou que a temperança tinha uma conotação religiosa. Concordei porque os exegetas dos textos canônicos a consideravam uma virtude, e como virtude era tida. Mas no relacionamento humano e na filosofia era tida como uma virtude de convivência, pois era uma conduta que no fundo era a conduta de equilíbrio, na qual era impensável o recurso à violência e à radicalização.

No caminho de saber o sentido da palavra — “no princípio era o verbo” —, vamos agora seguir com outra que entrou em nossa convivência e, sem ser convidada, passou a estar em todas as citações e depoimentos: resiliência, cuja origem vem do nosso latim, resiliere, saltar para trás, voltar ao estado original — re, para trás, e salire, saltar — ou seja, voltar ao passado e neste recuperar-se.

Na política, direita e esquerda não se enquadram nestas duas palavras: temperança e resiliência. A busca do equilíbrio, acalmador das divergências, não está se enquadrando nem num, o radicalismo, nem noutro, bem parecido com o outro, o ódio, a raiva, considerando o inimigo, e não o adversário, que seria sempre o exercício da democracia madura.

Agora, as palavras, mais do que todas as coisas, sobretudo a palavra escrita, têm a ambição de guardar sentimentos, julgamentos, amor, amizade, paisagens, momentos e lágrimas, sinônimo de tristeza, para a eternidade. A palavra escrita assim é a memória do tempo, da personalidade, da vida de quem deseja ser eterno. A palavra é neste patamar o tempo de pensar.

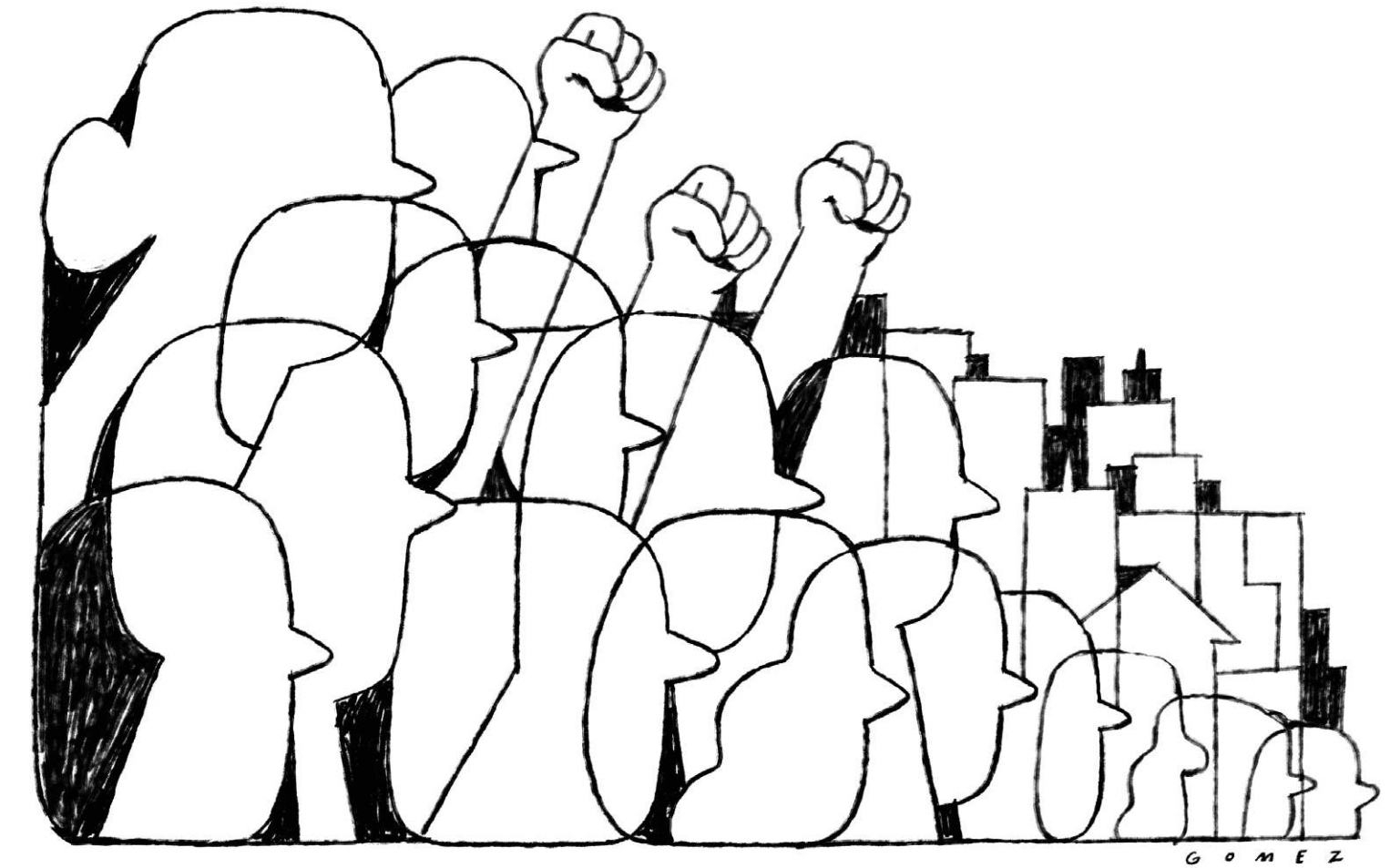
A conclusão que nos invade é de que a

democracia continua sendo, no Brasil, aquela definição do Otávio Mangabeira, “uma plantinha tenra, que precisa ser irrigada, diariamente”. Quando comemoramos, no ano de 2025, os 40 anos de democracia, aniversário da Transição Democrática, tivemos a oportunidade de dizer que o lema da UDN, o partido que marcou minha formação política, de “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, frase que Afonso Arinos dizia-me ser de Thomas Jefferson, significava o mesmo sentimento da “planta tenra” de Mangabeira, isto é, necessita de um permanente cuidado, pois liberdade é sinônimo de democracia, e o fato de que, no mundo de hoje, os países que são governados por regimes autoritários são em números representativos e, se formos somar o PIB desses países, chegaremos à conclusão de que esse número está num equilíbrio entre as democracias e as ditaduras.

Sempre tive uma grande admiração pelos Estados Unidos. Pela sua missão histórica que o destino da humanidade lhe entregou de difundir no mundo os ideais democráticos, de defesa da liberdade e da implantação daquele regime que Abraham Lincoln definiu como “do povo, pelo povo, para o povo”. Os Estados Unidos cumpriram seu destino de defensor da liberdade e lutador pela sua implantação e, para isso, lutou em duas guerras e nos livrou de Hitler. Calculemos se em lugar dos Aliados tivéssemos a Alemanha daquele tirano, na missão de implantar o nazismo ao mundo? O que seria da humanidade se tivéssemos, em vez do Estado de Direito, o direito à prática do morticínio dos campos de concentração?

Por isso é que criticamos o presidente Trump, que desenvolve uma política totalmente contrária aos ideais americanos, de Thomas Jefferson a Lincoln a Roosevelt a Washington e a Kennedy.

Temperança, liberdade, resiliência são palavras para meditação, e elas fazem falta nas decisões e contra as guerras.



Formação médica exige um debate à altura do Brasil



» JANGUÊ DINIZ
*Diretor-presidente da
Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino
Superior (ABMES), secretário-
executivo do Brasil Educação —
Fórum Brasileiro da Educação
Particular*

Formação médica ganhou espaço no debate eleitoral, e isso é positivo. O Brasil precisa discutir que médicos quer formar, como garantir a qualidade desse processo e como superar as profundas desigualdades territoriais de acesso à saúde. O que não ajuda é simplificar e generalizar uma questão tão complexa.

Questionar a qualidade dos cursos é legítimo. Cobrar rigor, também. O compromisso com uma boa formação precisa estar acima de qualquer interesse, seja em uma instituição pública ou particular. Mas reconhecer problemas e buscar soluções é muito diferente de desqualificar, de forma ampla, o trabalho realizado pelo setor privado.

As instituições particulares de educação superior têm papel essencial na formação de médicos

e de outros profissionais de saúde que atendem a população em todas as regiões do Brasil. Por trás de cada curso existem professores, estudantes, hospitais, unidades de saúde e milhares de pessoas envolvidas nessa extensa jornada.

Reconhecer essa relevância não significa defender curso ruim nem uma expansão sem critérios. Significa compreender que o desafio brasileiro é maior do que simplesmente discutir se devem existir mais ou menos faculdades de medicina.

O país ampliou o número de médicos nas últimas décadas, mas ainda convive com importantes vazios assistenciais e uma distribuição muito desigual desses profissionais. Grandes centros concentram médicos, especialistas e estruturas de saúde, enquanto municípios do interior e regiões mais vulneráveis enfrentam dificuldades para oferecer atendimento básico à população.

É nessa realidade que o debate ganha outra dimensão. Para uma mãe que espera meses por uma consulta para o filho, para uma pessoa idosa que precisa viajar para encontrar um especialista ou para a oferta de atenção primária à saúde em uma cidade distante dos grandes centros, o debate não é sobre educação pública ou particular. É sobre ter acesso a um profissional qualificado quando se precisa dele.

Por isso, a pergunta que deveríamos fazer é: como formar médicos cada vez melhores e, ao mesmo tempo, fazer com que eles cheguem aos lugares onde são mais necessários?

Responder a essa questão exige olhar para a qualidade da graduação, para a formação prática, para a residência médica, mas também para políticas públicas capazes de estimular a permanência desses profissionais fora dos grandes centros urbanos.

Em uma campanha presidencial, candidatos têm todo o direito de questionar modelos, apontar problemas e defender caminhos diferentes. Esse é o papel do debate democrático. Mas temas que afetam diretamente a vida das pessoas exigem uma contestação responsável e propostas à altura da sua complexidade.

A formação médica brasileira certamente pode e deve ser aprimorada. Problemas precisam ser identificados e corrigidos com seriedade. O que não podemos permitir é que generalizações apaguem o trabalho de instituições, professores, profissionais de saúde e estudantes comprometidos com uma formação de qualidade.

Afinal, o país possui um desafio bastante concreto: formar médicos cada vez melhores e fazer com que eles se estabeleçam onde os brasileiros mais precisam deles. É essa a discussão que precisa ganhar espaço no debate eleitoral.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha@adabrcom.br

O politicamente correto e a pasteurização do mundo

Como doutrina difundida em nosso tempo, o politicamente correto trouxe consigo mais do que a pasteurização da cultura, uniformizando o que antes era diverso e multifacetado, transformando tudo numa espécie de mingau inodoro e insípido, bem ao gosto dos conformados e de todos aqueles que desistiram de protestar e sacudir a poeira do conformismo.

Não é exagero dizer que vivemos sob um regime de cortesia obrigatória, no qual cada palavra é pesada antes de ser dita, cada piada é filtrada por um comitê invisível de sensibilidades, cada personagem de ficção é examinado como se fosse candidato a um cargo público. O que tínhamos a partir daí era uma cultura que se tornou morna, que já não arrisca, que já não fere para curar, que já não provoca para revelar. A arte que não incomoda deixou de ser arte; tornou-se decoração. O que se defende agora é a aceitação fácil, condenando todos aqueles que ainda ousem protestar.

Onde antes havia debate, hoje há veredicto. Ou troca-se o debate por entrevista, apunhalando a democracia. Ao eleitor, a obrigatoriedade de votar; ao eleito, pode fugir dos debates que nada acontece. Onde antes havia contradição fértil, hoje há consenso imposto. O pensamento divergente, que sempre foi o motor da renovação cultural, passou a ser tratado como anomalia a ser corrigida, não como voz a ser ouvida. Perdemos a liberdade de pensar diferente, de errar, de experimentar, de crescer por tentativa e erro, que é como toda cultura viva se desenvolve.

Os jovens, que sempre foram uma pedra no sapato do poder, hoje amarram os cadarços dos poderosos, defendendo o que pode ser o início do próprio fim. A rebeldia, outrora dirigida contra as instituições e os privilégios estabelecidos, foi domesticada e redirecionada contra o vizinho, contra o colega de trabalho, contra o comediante inconveniente, contra o artista fora de linha. Uma geração que poderia estar questionando a concentração de riqueza, o poder das grandes corporações de tecnologia e a vigilância cada vez mais sofisticada sobre a vida privada, gasta sua energia policiando vocabulário e caçando desvios de conduta em redes sociais.

É uma inversão notável: a energia contestatória da juventude, que historicamente incomodava quem manda, hoje serve de escudo àqueles que mandam. Não é coincidência que as mesmas corporações que lucram bilhões com a economia da atenção sejam também as primeiras a hastear bandeiras de inclusão e diversidade em suas campanhas publicitárias. O discurso da aceitação fácil tornou-se, para muitas dessas elites, um verniz conveniente: barato de produzir, lucrativo de vender, eficaz para desviar o olhar público das perguntas mais incômodas sobre concentração de poder, precarização do trabalho e erosão da privacidade.

A moralidade performática substitui a transformação estrutural; o gesto substitui o compromisso. Isso não significa que toda crítica ao preconceito, ao discurso de ódio ou à crueldade gratuita seja ilegítima, longe disso. O problema está em transformar essa constatação legítima em um regime permanente de vigilância moral, em que a dúvida, a ambiguidade e o humor perdem espaço para o veredicto instantâneo, e em que a complexidade da experiência humana é substituída por categorias simples de vítima e algoz, aceitável e inaceitável.

A verdadeira coragem cultural sempre residiu na capacidade de incomodar sem crueldade, de rir de si mesmo antes de rir dos outros, de expor contradições sem pretender resolvê-las de imediato. Essa é a tradição que corre risco de desaparecer sob o peso de um conformismo travestido de progresso. E quanto mais essa tradição se esvai, mais o terreno fica livre para que as verdadeiras estruturas de poder econômicas, tecnológicas, institucionais sigam intocadas, protegidas por uma cortina de virtude que ninguém ousa atravessar.

Basta observar o que aconteceu com a sátira política nas últimas duas décadas. Antes um gênero afiado, capaz de colocar em xeque presidentes, magnatas e instituições inteiras, a sátira contemporânea tornou-se, em boa parte, um exercício de confirmação: ri-se apenas do que já se concordava em odiar, poupa-se sempre quem financia o espetáculo. O riso deixou de ser arma para virar aplauso disfarçado. O mesmo fenômeno atravessa as redações, as editoras e os estúdios. Nasce a autocensura silenciosa, muito mais eficaz que qualquer censura estatal, porque não precisa de decreto: basta o medo.

Escritores reescrevem finais, diretores cortam cenas, comunistas suavizam teses inteiras não porque mudaram de ideia, mas porque calcularam o custo de mantê-la. É a servidão voluntária de nosso tempo, vestida com as melhores intenções. Resgatar o direito ao incômodo, à ironia, ao erro e à ambiguidade não é reacionarismo: é condição de sobrevivência para qualquer cultura que ainda pretenda se renovar. Uma sociedade que teme rir de si mesma é uma sociedade que já aceitou, sem perceber, que não há mais nada digno de ser questionado. E é exatamente essa aceitação silenciosa, esse mingau morno servido todos os dias à mesa, que interessa a quem já está satisfeito com as coisas como estão.

A frase que foi pronunciada:

“Eu sou politicamente incorreto, isso é verdade. Para mim, o politicamente correto é puro terrorismo intelectual. Acho isso realmente assustador e não vou me deixar intimidar a ponto de mudar de ideia. Nem todo mundo vai gostar de você o tempo todo.”

Mel Gibson

História de Brasília

No último dia da reunião do Júri, o juiz Presidente Djalma Calafange Castelo Branco, antes de iniciar o julgamento, fez os agradecimentos do Tribunal aos jurados, que compareceram a todas as reuniões, em número para os julgamentos, e pôs em relêvo as sentenças plantadas. (Publicada em 25.05.1961)